ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

COLONIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1970, RONDÔNIA E A BR-364

Juander Antônio de Oliveira Souza
Docente do curso de Engenharia de Produção-UNIR, Mestre e Doutorando em Geografia, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia
E-mail: juander@unir.br

Resumo
O trabalho busca discorrer sobre a colonização do Território Federal de Rondônia que ocorreu a partir de 1960 com os projetos de assentamentos promovidos pelo governo do regime militar ocupando o entorno da rodovia BR-364, fazendo dessa região um palco de investimentos com as Políticas Públicas Territoriais articuladas à ocupação do vazio demográfico e resolver o problema do êxodo rural que o país passava com a expropriação de trabalhadores do campo pela introdução da cultura da soja e a mecanização agrícola. O Território Federal de Rondônia passa a atrair milhares de colonos de todo o país, provocando um inchaço de migrantes, maior que a quantidade de lotes disponíveis para a ocupação. Assentamentos foram dirigidos pelo poder público e outros dirigidos pelos próprios camponeses, invadindo áreas e demarcando lotes. De posse dos lotes, os camponeses convertiam a floresta em áreas de produção agropecuária destinada ao consumo e comércio. Foi realizado um levantamento bibliográfico nos diversos materiais disponíveis como artigos, teses, revistas, livros, dentre outros, sobre a colonização de Rondônia com uma abordagem exploratória e qualitativa. Mesmo diante dos entraves e pouca infraestrutura no período da colonização dirigida para o uso e ocupação do solo rondoniense, considera-se por este estudo que o governo federal brasileiro obteve êxito na colonização de Rondônia.
Palavras-chave: Colonização. Ocupação. Imigrantes. Assentamento. BR-364.

COLONIZATION OF THE 1970S, RONDÔNIA AND BR-364

Abstract
The work seeks to discuss the colonization of the Federal Territory of Rondônia that occurred from 1960 with the settlement projects promoted by the government of the military regime occupying the surroundings of the BR-364 highway, making this region an investment stage with the Policies Territorial publics linked to the occupation of the demographic void and to solve the problem of the rural exodus that the country was going through with the expropriation of rural workers through the introduction of soy culture and agricultural mechanization. The Federal Territory of Rondônia starts to attract thousands of colonists from all over the country, causing a swelling of migrants, greater than the amount of plots available for occupation. Settlements were run by the government and others run by the peasants themselves, invading areas and demarcating plots. In possession of the plots, the peasants converted the forest into areas of agricultural production for consumption and trade. A bibliographical survey was carried out on the various materials available, such as articles, theses, magazines, books, among others, on the colonization of Rondônia with an exploratory and qualitative approach. Even in the face of obstacles and little infrastructure in the period of colonization directed to the use and occupation of Rondônia soil, it is considered by this study that the Brazilian federal government was successful in colonizing Rondônia.
Keywords: Colonization, Occupation, Immigrants, Settlement, BR-364

Introdução

O processo de globalização estabelece novas formas e funções aos processos sociais, econômicos e ambientais contribuindo para a organização/modificação territorial nesses espaços. O uso do território em busca da expansão da atividade produtiva gera efeitos externos, os quais podem melhorar ou reduzir o bem-estar da população, sobretudo em relação aos aspectos sociais e ambientais, trazendo profundas transformações no espaço geográfico rural e urbano.

A atividade agropecuária principalmente a agrícola está presente em Rondônia[1] desde o início da colonização dirigida pelo governo militar. A agropecuária, desenvolvida largamente em todo o país traz benefícios econômicos e sociais, porém, com geração de externalidades sociais e ambientais que necessitam de estudos para proposituras e encaminhamentos de solução por parte do poder público (SOUZA, 2013).

À medida que o homem vai avançando sobre o território e conquistando cada vez mais espaço, novas áreas vão surgindo para a agropecuária, contando com os avanços tecnológicos ocorridos ao longo do tempo e que contribuiu para esse avanço da agropecuária no processo de ocupação e transformação do território, bem como os avanços da globalização para as áreas menos dinâmicas.

A dinâmica do desenvolvimento da agropecuária em Rondônia começou pelos assentamentos com os pequenos produtores ao fixarem em seus lotes, com pequena derrubada para plantio de subsistência e comercialização do excedente. Fato que passa a mudar gradativamente e se intensifica com a produção pecuária a partir dos anos de 2000 quando o estado é considerado livre de febre aftosa com vacinação.

Para Souza (2013) essa dinâmica provoca o adensamento de cadeias de produção ao longo do tempo, como as indústrias de laticínios, frigoríficos, cerealistas, indústrias de beneficiamento de grãos, cerâmica vermelha, educação, etc., atraindo para a região outros segmentos produtivos que consolidaram o agronegócio da pecuária e produção de grãos como uma das principais atividades econômicas no Estado.

Metodologia

Esta pesquisa é classificada com abordagem qualitativa, com fins exploratórios, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, nos mais diversos materiais existentes disponíveis e veículos de comunicação, fundamentado em bibliografias sobre a colonização de Rondônia, com o objetivo de proporcionar maior informação sobre o tema investigado. Os dados foram tratados de forma qualitativa em mapas, tabelas e quadros, onde foram extraídas as principais informações que possibilitaram a realização de comparações entre o trabalho desenvolvido pelo autor e os dados coletados em bibliografias consultadas. A pesquisa se limitou ao atual estado de Rondônia e sua colonização promovida pelo governo do regime militar.

O uso do território e a ocupação de Rondônia

Cabe aqui distinguir os conceitos de território e espaço. De acordo com Santos e Silveira (2006, p. 19):

> A linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço. A palavra extensão, tantas vezes utilizada por geógrafos franceses (é tendue), não raro se instala nesse vocabulário, aumentando as ambiguidades. Uma discussão nos meios geográficos se preocupa em indicar a precedência entre essas entidades. Isso se dá em função da acepção atribuída a cada um dos vocabulários. Para uns, território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro.

A distinção entre território e espaço por Raffestin (1993, p.143) é da seguinte forma: "É essencial compreender que espaço é anterior a território. O território forma-se a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível", ou seja, o território constitui-se a partir do espaço, sendo então um espaço vivido.

Para Andrade (1995) o Território é visto como parte do espaço efetivamente ocupado pela população, economia, produção, comércio, transporte etc. Mais do que a simples presença humana, na visão de Raffestin (1993) e Andrade (1995) o território é produzido a partir das relações que os indivíduos mantêm em seu cotidiano. De acordo com Santos e Silveira (2006) o território é o nome político para um espaço de um país, onde a existência de um país supões um território, porém a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território.

Partindo dessa linha de raciocínio, Santos e Silveira (2006) impõe a noção do que os autores chamam de "espaço territorial", o qual está sujeito a transformações sucessivas, mas os termos da equação permanecem: uma ou mais nações, um estado, um espaço. O espaço geográfico para Santos e Silveira (2006) adquire a forma de território usado e de acordo com Santos, Souza e Silveira (1998, p. 16) "o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado".

Portanto, é no espaço geográfico, no espaço humano, no espaço habitado que as relações sociais ocorrem, sendo o conceito adotado nesta pesquisa dada as complexas relações ocorridas ao longo da história de ocupação e de colonização do Território Federal de Rondônia trazendo várias formas de uso e transformações no espaço geográfico, em especial ao desenvolvimento das atividades agropecuárias onde a participação do Governo Federal intensificou o fluxo migratório para a região, consequentemente ocorreu as transformações no espaço geográfico.

Segundo Margulis (2003) o processo de ocupação da Amazônia segue duas dinâmicas: a da fronteira especulativa e da consolidada. Para o autor, a primeira dinâmica ocupacional seria formada por uma frente de ocupação com trabalhadores destituídos de posses, com pequena produção de subsistência e o desmatamento ocorre como forma de ocupação. A segunda dinâmica de ocupação possui atividade econômica estruturada e organizada, o desmatamento ocorre como forma de viabilizar as atividades produtivas.

A expansão da agropecuária na Amazônia seria determinada pela ação da fronteira consolidada sobre a fronteira especulativa, de modo que os agentes da fronteira consolidada buscam expandir suas ações sobre a especulativa. A dinâmica de ocupação, assim como da expansão da fronteira agrícola, descrita por Margulis (2003) denota uma relação de contiguidade do processo de expansão, onde este leva ao desmatamento, e após um lapso temporal, enseja o desenvolvimento da pecuária bovina na região.

Essa dinâmica de ocupação característica da Amazônia também ocorreu em Rondônia, onde a implantação e o desenvolvimento da atividade agropecuária estão diretamente ligados ao processo de ocupação (fronteira especulativa) e colonização (fronteira consolidada) em que o Território de Rondônia passou desde a última metade do século XX. Os vários ciclos de atividades econômicas acabaram atraindo migrantes de várias regiões do país, tendo como resultado renovações no uso do seu território e transformações no espaço geográfico, principalmente nas regiões onde ocorreram avanços da produção agropecuária

com a introdução da forma capitalista de produção no meio rural e em outras atividades relacionadas à produção agropecuária.

Para Batista (2001) o processo recente de colonização de Rondônia, estimulado pelo Estado acabou gerando desequilíbrios socioambientais. Dentre os principais problemas ocasionados pela frente de expansão agropecuária, destacam-se a ocupação desordenada do território, demanda por infraestrutura decorrente do rápido crescimento populacional intensificado pela migração, problemas ambientais gerados pelo desmatamento e os problemas sociais decorrentes de conflitos pela posse da terra e pressões sobre as comunidades tradicionais estabelecidas na região (indígenas, seringueiros e ribeirinhos).

O Território Federal de Rondônia passou por etapas de ocupação, a partir da década de 1970, o governo militar brasileiro implantou políticas desenvolvimentistas, podendo ser citada os programas oficiais de colonização agrícola, os quais atraíram um número elevado de migrantes de várias regiões do país. Nesta etapa de colonização, o Território Federal de Rondônia experimentou profundas transformações em seu espaço geográfico e a consequente urbanização das localidades onde ocorreram os principais projetos de colonização. A urbanização em Rondônia está ligada ao processo de ocupação conduzido pelo Estado.

O planejamento do Governo Federal na colonização do Estado, incluía a constituição de uma rede urbana como suporte ao povoamento (CASTRO, 1999). As cidades pioneiras recebiam e reuniam a população imigrante e buscava prover a população rural de bens e serviços, concentrando também nessa malha urbana a comercialização da produção agrícola. A população imigrante que não foi assentada pelo Governo Federal, formava o mercado de força de trabalho na região (BECKER, 1982), ocorrendo uma dependência econômica dessas cidades em relação ao meio rural produzido pelas atividades agropecuárias, especialmente quando estas cidades estavam em formação (COY, 1988; BECKER, 1990b).

A colonização do Território de Rondônia, acabou por atrair um contingente muito elevado de migrantes entre as décadas de 1970 e 1980, conforme pode ser observado na Tabela 1. O governo realizou propagandas midiáticas nas demais regiões brasileiras com a distribuição de terras fartas nessa porção da Amazônia para atrair os colonos para migrarem e consolidar a região com a produção agropecuária.

Tabela 1- Crescimento da População do Brasil e de Rondônia (1950-2010)

Período	Brasil		Rondônia	
	Quantitativo	**%**	**Quantitativo**	**%**
950	51.944.397	-	36.935	-
960	70.992.343	36,67	70.783	91,64
970	94.508.583	33,12	116.620	64,75
980	121.150.573	28,19	503.125	331,42
991	146.917.459	21,26	1.130.874	124,77
000	169.544.443	15,40	1.377.792	21,83
010	190.755.799	12,51	1.562.409	13,40

Fonte: IBGE/SIDRA, 2017. Organizado pelo autor

A partir da Tabela 1, é possível verificar que a taxa de crescimento populacional de Rondônia foi superior em relação à média nacional, atingindo entre as décadas de 1970 e 1980 a maior taxa de crescimento populacional registrada no país, de 331,42%. Coy (1988) destaca que na década de 1970 a média anual do crescimento demográfico de Rondônia foi de 15,8%, identificando dois fatores responsáveis por esse fenômeno sendo a migração do centro para a periferia: 1) as ondas migratórias rumo as frentes pioneiras atuais originadas das frentes pioneiras consolidadas (Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, entre outras regiões); 2) migrações das regiões de ocupação antiga.

A urbanização dirigida em Rondônia originou o subsistema composto por cidades adensadas entre Vilhena a Porto Velho, com núcleos distantes cerca de 60 km entre si, baseados na economia madeireira e leiteira (CASTRO, 1999; KAMPEL, CÂMARA E MONTEIRO, 2001).

O Território de Rondônia, sempre teve sua base econômica assentada no setor primário desde sua colonização planejada até a atualidade. Até a década de 1960 o destaque era com o setor produtivo do extrativismo vegetal da borracha e da castanha e o extrativismo mineral de cassiterita e ouro (BASA, 1999). A partir dos anos 1970, por meio da implementação de políticas públicas de caráter desenvolvimentista na Amazônia, com destaque para o Programa de Integração Nacional (PIN), dá início ao processo de colonização dirigida do Território Federal de Rondônia, sendo que nesta época também foi efetivado os Projetos Integrados de Colonização (PIC), que estimulou o desenvolvimento da produção agropecuária.

Para Amaral (2007), o processo de ocupação de uma região ou lugar parte do pressuposto que não é ocupado e que "ocupar significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeito, aquela porção do território que não é habitada". Matias (1997) afirma que a ocupação das terras que hoje formam o estado de Rondônia se deu por meio de processos migratórios em decorrência de ciclos de atividades econômicas. O ciclo econômico do ouro na última metade do século XVIII teve como principal resultado a construção do Real Forte Príncipe da Beira inaugurado em agosto de 1783, que tinha como objetivo efetivar a política de expansão de Portugal em terras brasileiras, assegurando a posse das terras conquistadas (MATIAS, 1997). O autor destaca que com a decadência da mineração no Brasil no final do século XVIII, a região foi abandonada por quase cem anos, não se efetivando neste ciclo do ouro um processo de ocupação.

Para Coy (1988) a fase de extração da borracha na Amazônia influenciou ocupação humana de Rondônia a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), que foi responsável pela criação das primeiras cidades de Rondônia - Porto Velho e Guajará-Mirim. O fluxo constante de pessoas, mercadoria e capital nesses municípios contribuiu para o desenvolvimento efêmero ao longo de seu percurso.

A partir da primeira metade do século XIX a Amazônia inicia o processo de formação da sua economia primário exportadora extrativista de borracha, com base na extração natural da borracha voltada ao comércio internacional se reconstituindo como uma economia mercantil (PEREIRA, 2007). Com o processo de industrialização dos produtos derivados do látex (borracha) é que o vale do Rio Madeira e seus afluentes passaram a ser efetivamente ocupados, o que possibilitou a geração de fluxos migratórios e a ocupação da região, foram os dois ciclos da borracha.

Para Matias (1997) a atividade produtiva do látex em Rondônia atraiu dois tipos de povoadores: os seringalistas, donos ou arrendatários de seringais, e os seringueiros, peregrinos oriundos do Nordeste brasileiro, tangidos pela seca e/ou fugitivos da expansão dos latifúndios açucareiros daquela região.

Muitos trabalhadores morreram na trajetória até os seringais, outros morriam já nos seringais devido ao trabalho penoso e doenças tropicais como a malária. No entanto os ingleses conseguiram transplantar mudas das seringueiras amazônicas para a Malásia obtendo resultado positivo, deixando o Brasil de ser um importante fornecedor mundial de látex, reduzindo a migração de trabalhadores para os seringais. Em termos mundiais, a produção da

borracha nacional, que em 1910 constituía mais de 50%, caiu para pouco mais de 5% em 1926 (BRUM, 2000).

A Malásia possui condições edafoclimáticas semelhantes às da região amazônica, o que possibilitou o transporte de mudas pelos ingleses formando plantações planejadas na Malásia e Indonésia, logo desbancaram a produção extrativa brasileira no mercado mundial (BRUM, 2000).

O primeiro ciclo da borracha deixou como herança para o Território Federal de Rondônia a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, de resto, era a grande floresta (OLIVEIRA, 2007). O esvaziamento econômico e o isolamento da região fizeram com que o Governo Federal decidisse construir uma linha telegráfica entre Cuiabá e o Amazonas. Grande parte da região cortada pela linha telegráfica veio a constituir o atual estado de Rondônia. A construção da linha ocorreu entre 1907 e 1916 (PEREIRA, 2007), e constitui o segundo ciclo de atividade econômica para Rondônia, o ciclo do telégrafo.

A implantação das linhas telegráficas, juntamente com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, representam "duas importantes obras, de interesses políticos, econômicos e estratégicos externos à região, que estabeleceram um novo modelo de desenvolvimento, tornando-se ponto de referência para a fixação do povoamento urbano" (MATIAS, 1997, p. 57). As linhas telegráficas vão representar uma importante contribuição para a ocupação do interior do estado de Rondônia, em especial entre os anos de 1960 e 1970, com o ciclo da produção agropecuária a partir do Projeto Integrado de Colonização - PIC.

Na década de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, tropas japonesas invadem as zonas produtoras de látex na Ásia, provocando um colapso no abastecimento de borracha silvestre aos Estados Unidos, Inglaterra e França, onde as atenções destes países se voltaram novamente para a região brasileira produtora do látex, o que fez surgir à segunda fase do ciclo da borracha e resultou em um novo processo de povoamento nos vales do Madeira e seus afluentes (BATISTA, 2001).

Durante o segundo ciclo da borracha em 1942 foi assinado o acordo de Washington, incluindo, dentre outros aspectos, a compra de toda a produção de borracha brasileira e, em decorrência a esse acordo em 1943 foi criado o Território Federal do Guaporé, com áreas desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso (BATISTA, 2001; SILVA, 1999). Esse acordo modificou a estrutura política-organizacional da região, fixando a população urbana, ordenando o povoamento rural com base em novas concepções agrícolas, e estímulo ao comércio.

No ano de 1958 inicia o ciclo da cassiterita com a descoberta dos primeiros aluviões de cassiterita no Estado, em áreas de seringais, iniciando assim o processo de extrativismo desse mineral sob o regime de garimpagem manual (FIERO, 1997). O ciclo induziu um novo fluxo migratório para o Estado, tendo como área de concentração o município de Porto Velho e em outros povoados às margens da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Trabalhadores voluntários e recrutados, em sua maioria refugiados da seca do nordeste brasileiro migraram para a região Amazônica em busca de melhores condições (MATIAS, 1997).

Compreende-se o processo inicial de ocupação de Rondônia não pela a colonização dirigida pelo Estado, mas sim para o trabalho extrativista nos seringais e exploração de minerais, que obteve sucesso em curto espaço de tempo, e mesmo assim recrutou milhares de trabalhadores para a região. Essa migração de seringueiros e garimpeiros vai divergir do processo de colonização que foi o da busca pela terra para a produção agrícola. Já o passo seguinte foi idealizado pelo governo a fim de ocupar esse vazio demográfico, aumentar a produção agrícola do país, resolver conflitos sociais e criar centros consumidores.

Silva (2010) destaca que a partir da década de 1960, ocorre um aumento do fluxo populacional na região de Rondônia, decorrente da exploração de cassiterita e da abertura da Rodovia BR-29, hoje chamada de BR-364, que melhora a conexão de Rondônia com a economia nacional. Como resultado do ciclo da cassiterita, é possível destacar a BR-29, que permitiu a partir de 1970, o início do ciclo agrícola, em especial da região central de Rondônia, permitindo a ligação econômica da região com os centros consumidores do Sul e Sudeste do país. Em 1970, Rondônia contava com 111.064 habitantes, dos quais 84.048 residiam no município de Porto Velho, com forte participação na produção mineral (FIERO, 1997).

Processo de colonização do estado de Rondônia

A ocupação inicial de Rondônia se deu em grande parte em função do ciclo da borracha no final do século XIX e da exploração mineral da cassiterita em meados do século XX, com concentração ao norte e noroeste do estado, especificamente entre os municípios de Porto Velho e Guajará Mirim, núcleos urbanos tradicionais surgidos da época da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (CASTRO, 1999; NASCIMENTO, SANTOS e SILVA, 2012).

Em 1970 se desencadeia uma nova etapa no processo de povoamento de Rondônia, a partir do Plano de Integração Nacional - PIN. Esse novo ciclo se concentrou ao longo da BR-364 (CASTRO, 1999), onde foram implantados projetos de colonização. O PIN incluía a constituição de uma rede urbana como suporte ao povoamento e as cidades pioneiras recebiam a população imigrante e forneciam bens e serviços à população rural, concentrando também a comercialização da produção agrícola (CASTRO, 1999).

A diferença entre o segundo ciclo de povoamento em Rondônia para o primeiro é a presença do Estado. Para Becker (1978) a intensificação do processo de ocupação da Amazônia se deu com a formação do moderno aparelho do Estado, associada à sua crescente intervenção econômica e sobre o território com base na predominância da visão externa e privilegiando as relações com o centro de poder. A autora destaca dois fatores que revelam a forte participação do Estado no processo de povoamento na Amazônia e em Rondônia (décadas de 1960 e 1970 respectivamente): incentivos fiscais e financiamentos governamentais no processo de colonização agrícola.

Castro (1999) destaca que três fatores se combinaram na estruturação espacial de Rondônia, a partir da intensificação intervencionista do governo federal: a) implantação e asfaltamento da rodovia BR-364; b) a implantação de projetos de colonização; e c) os fortes fluxos de imigrantes. A combinação desses fatores ganhou uma sinergia ímpar, e a oferta gratuita de terras nos projetos de colonização atraíram os imigrantes, e a estrada possibilitou a chegada à Rondônia.

A partir dos anos de 1970, época em que a ação do governo federal se intensifica em Rondônia, inicia-se um novo ciclo, exploração econômica agrícola, que acaba por resultar em profundas transformações no espaço geográfico rondoniense. O ciclo econômico agrícola é fortemente influenciado pela pavimentação da rodovia BR-364, cabendo destacar que esse ciclo da produção agropecuária permanece em Rondônia até os dias atuais sendo fortalecido pela implantação da Hidrovia do Madeira no final da década de 1990 com o transporte de grãos.

Até a metade dos anos de 1960, Rondônia permanecia praticamente inacessível por via terrestre (MAHAR, 1990) e para alcançar o sul da região rondoniense, era necessário empreender uma longa viagem de semanas, utilizando navios e lanchas que percorriam os Rios Madeira e Amazonas. A partir de 1970, com a pavimentação da rodovia BR – 364, colocou um fim ao isolamento rodoviário do Estado em relação às demais regiões do país, facilitando o movimento migratório (TEIXEIRA E FONSECA, 2003). Para os autores, o

fluxo migratório da década de 1970 teve características distintas dos ciclos anteriores, uma vez que os primeiros fluxos migratórios anteriores "ocorreram em função da busca de riquezas naturais, portanto os migrantes eram extratores, seringueiros e mineradores" (TEIXEIRA e FONSECA, 2003, p.173).

O fluxo migratório dos anos de 1970 se caracteriza pelo fato de ocorrer a busca de terras para a produção agrícola, por meio de pequenos produtores com suas famílias que vieram para Rondônia na esperança de ter acesso à terra (TEIXEIRA e FONSECA, 2003). A migração que se intensificou nos anos de 1970, ocorreu principalmente por camponeses em busca de terras, ocasionando uma queda de percentual da população urbana em relação a rural de 53,63% para 46,54%, entre as décadas de 1970 e 1980. Essa redução em relação a população urbana e população rural ocorreu tendo em vista um aumento considerável de agricultores que receberam terras em Rondônia e passaram a residir no meio rural e sobreviver da produção agrícola.

O governo militar utilizou o então Território Federal de Rondônia para colocar em prática a Política de Integração Nacional – PIN e a Política de Ocupação da Região Amazônica (BECKER, 1990a, p. 148). Rondônia se tornou "por força de sua condição político – jurídica, o espaço de ação direta do Estado, que manifestou sua intervenção num processo dirigido e controlado de apropriação e utilização, representando o cenário mais expressivo de colonização no âmbito nacional" (MIRANDA, 1990, p. 66).

Essa ação direta do governo federal sobre Rondônia resultou na consolidação do ciclo agrícola, tornando o Território de Rondônia em um importante produtor e entreposto comercial da Região Norte do país.

Para Santos (1989, p. 104) "a colonização sempre foi um ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital sobre os novos territórios". A forma de atuação especificamente em Rondônia, se deu com os projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Investimentos federais para consolidar o estado de Rondônia, resultou na expansão da produção agrícola entre os anos de 1970 e 1980, e na década de 1990 passa a marcar forte presença na economia estadual a produção bovina, que expande pelo território e se consolida como uma das principais atividades econômicas e social a partir de 2003, com o Estado sendo declarado livre de febre aftosa com vacinação, e a soja emergindo como *commodity* com crescimento de área plantada a cada safra.

Coy (1988, p. 175-176) apresenta vários motivos pelos quais o governo federal escolheu Rondônia como região prioritária para o processo de colonização, com destaque para: 1) localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste rumo ao Norte; 2) existência da estrada Cuiabá-Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; 3) situação jurídica das terras, facilitando a colonização oficial; 4) existência de terras mais férteis do que a média verificada na região amazônica. Becker (1982) por sua vez destaca quatro justificativas que conduziram o governo militar no processo de colonização: 1) aliviar os conflitos fundiários que ocorriam em outras regiões do país, especialmente no Sul e no Nordeste; 2) ocupar uma região sujeita a interesses geopolíticos internacionais; 3) aumentar a produção nacional de alimentos; 4) expandir o mercado consumidor de bens industrializados produzidos no Sudeste.

O projeto de colonização oficial do governo militar em Rondônia engendrado pelo INCRA baseava-se na distribuição de lotes retangulares de 100 hectares, a partir de cinco Projetos Integrados de Colonização (PIC) e, mais dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), estabelecidos na região central do estado. De acordo com Coy (1988, p. 175) "o processo de colonização inicia com a construção rudimentar de estradas de penetração e com a delimitação de lotes retangulares cobertos por florestas virgens".

O Quadro 1 traz os projetos de assentamentos conduzidos pelo INCRA na década de 1970. É possível observar que esse processo de colonização ocorreu de forma planejada com o tamanho da área destinada a cada projeto e a quantidade de famílias assentadas, em especial na região centro-sul do hoje estado de Rondônia.

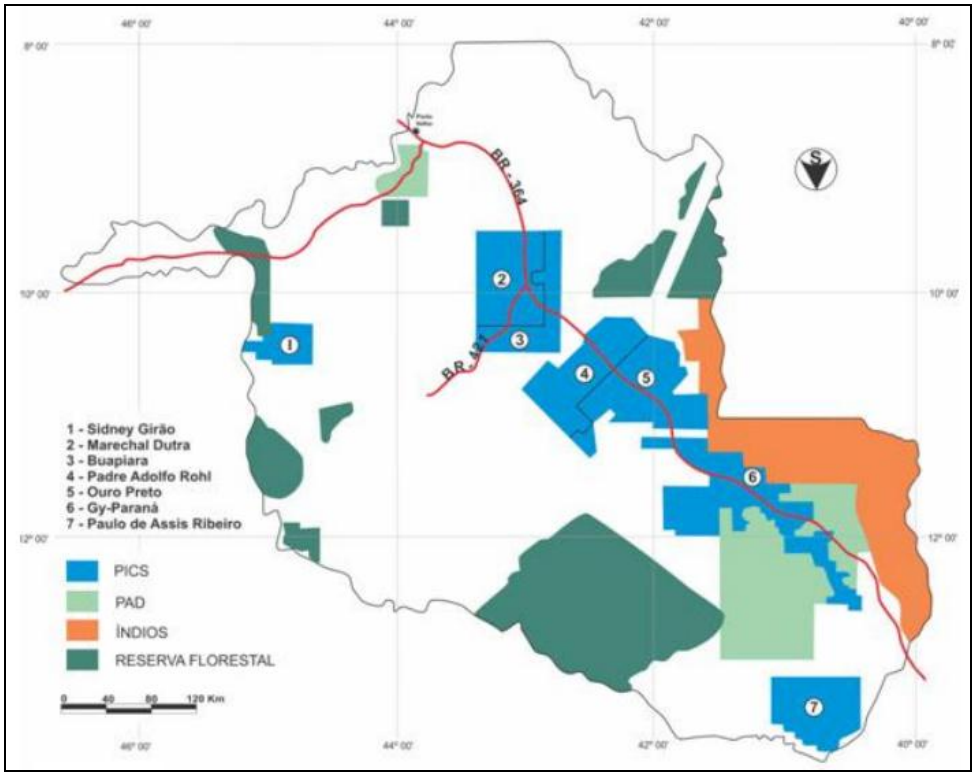
Quadro 1- Projetos de Colonização no Território Federal de Rondônia

PROJETOS	**PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA – PAD**				
	ÁREA TOTAL (ha)	**Número de famílias assentadas**			**Títulos de terras distribuídos**
		Até 1978	**Esperado 1979**	**bjetivo final**	**Até 1978**
Total	2.565.440	6.482	3.485	3.438	7.007
Ouro Preto	512.585	4.414	719	5.133	2.932
Gy – Paraná	486.137	3.922	834	4.756	1.294
Paulo de Assis Ribeiro	293.580	2.463	511	2.974	712
Adolpho Rohl	413.552	2.247	500	4.341	1.131
Sidney Girão	60.000	485	15	500	383
Marechal Dutra	494.661				397

		2.220	703	4.520	
Burareiro	304.925	731	203	1.214	158

Fonte: Henriques, 1984.

Figura 1- Localização dos projetos de assentamento, áreas de colonização em Rondônia.



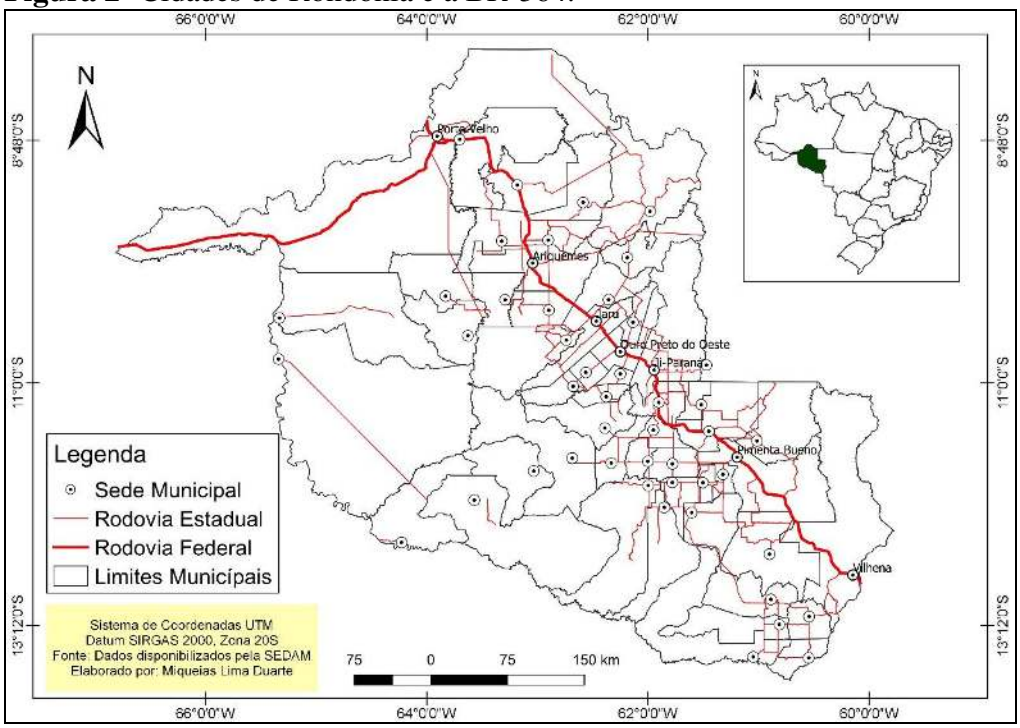
Fonte: Ribeiro, 2016. Adaptado de Henrique (1984). Digitalização: José Hunaldo de Lima

A Figura 1 traz os projetos de assentamentos conduzidos pelo INCRA na década de 1970, a qual é possível observar que esse processo de colonização ocorreu no entorno da Rodovia BR-364, em especial na região centro-sul do estado de Rondônia. O governo militar se utilizou de uma infraestrutura mínima existente no Estado para implantar os projetos de assentamento, sendo que, posteriormente, realizou investimentos na pavimentação da referida rodovia que articulava o espaço rondoniense a regiões dinâmicas da economia brasileira. Ao comparar o quadro 01 com a figura 01 tem-se uma visão dos assentamentos com suas áreas, número de famílias e localização estratégica no entorno da BR – 364.

Após os investimentos na colonização e sua efetivação, o estado criou e regularizou novos assentamentos, como na cidade de Buritis, Machadinho do Oeste, em Porto Velho nos distritos de Jaci Paraná, Extrema, etc. Outras ocupações ocorreram em terras indígenas, unidades de conservação, reserva nacional, gerando conflitos que em alguns casos acabou

terminando em fatalidade, como o ocorrido no ano de 2013 no distrito de Rio Pardo no município de Buritis, culminando na morte de um policial da força nacional proveniente da resistência e enfrentamento dos posseiros contra os policiais para permanecer na área. Essa área está em fase de regularização fundiária atualmente, junto com outras áreas já invadidas e posteriormente sendo legalizadas.

Figura 2- Cidades de Rondônia e a BR-364.



Fonte: Editado por Miqueias Lima Duarte, 2017.

É possível observar que os projetos assentamentos vistos na Figura 01, deram origem às principais cidades do Estado, mostrando claramente a área de influência de cada assentamento às margens da BR-364. Como pode ser visto na Figura 02, e comparando com a Figura 01, as principais cidades ao longo da BR-364 são herança dos projetos de colonização pensados pelo governo federal e engendrados pelo INCRA, demonstrando que o projeto atingiu o objetivo proposto, fixando os colonos nos lotes, formando os aglomerados urbanos e virando cidades. Essas cidades provenientes da colonização dirigida são extremamente importantes, possuem dinâmica de produção e uma concentração de pequenas propriedades, característica do processo de colonização devido ao tamanho dos lotes distribuídos pelo INCRA, consolidando o projeto de colonização.

Em Rondônia, esse processo de urbanização tem forte ligação com a abertura e pavimentação da Rodovia Federal BR-364, que liga o estado do Mato Grosso até o estado do

Acre, interligando boa parte do estado de Rondônia, uma extensão que vai desde o município de Vilhena, que faz divisa com o estado do Mato Grosso, passando por importantes municípios, como Pimenta Bueno, Cacoal, Ji Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Ariquemes e Porto Velho, fazendo este último divisa com os estados do Acre e do Amazonas. Cabe destacar que a Rodovia BR-364 foi construída seguindo a rede telegráfica de Rondon e, com a implantação dos núcleos urbanos as margens da rodovia, e posteriormente, deram origem aos principais municípios do estado de Rondônia.

O processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 1960 trouxe profundas transformações econômicas e socioespaciais. Para Nascimento (2010), o processo de urbanização vivenciado pelo país nas últimas décadas e intensificado na década de 1960 é a força motriz das transformações sociais ocorridas no Brasil, trazendo significativas mudanças nos processos sociais que levou a transformações nas formas espaciais.

Em Rondônia não foi diferente, o espaço antes coberto pela exuberante e extensa floresta hoje se encontra coberto pela agricultura e por pastagens restando apenas pequenos resquícios de reservas legais nas propriedades e as áreas protegidas por força da legislação ao longo da BR-364 e demais rodovias estaduais. Na região Sul do Estado tem uma intensificação da agricultura moderna com a produção de grãos (soja e milho), nas demais regiões ao longo da rodovia a predominância é de pastagens com frações de áreas da agricultura moderna.

O êxodo rural ocorreu em diversas regiões de Rondônia, alguns municípios em maior grau, outros em menor grau. Cardozo (2004) destaca que durante a época de colonização houve inúmeros conflitos pela posse da terra e que inúmeras famílias foram assentadas em territórios indígenas levando a uma sucessão de conflitos pela posse da terra. Todos esses fatores resultaram na não fixação de diversas famílias, que, sem oportunidades de desenvolvimento de suas terras, as abandonaram e migraram para os núcleos urbanos ao longo da rodovia (BASTOS, 2009). Geralmente, esses lotes abandonados ou vendidos eram incorporados por produtores mais capitalizados, formando latifúndios. Outro fator que provocou o êxodo rural em alguns assentamentos em Rondônia durante o processo de colonização, foi a falta de assistência técnica e outros tipos de apoio ao produtor rural, que foram assentados, mas nem todos tiveram acesso ao crédito ou capital para desenvolver a propriedade.

Para Bastos (2009) os migrantes trouxeram práticas agrícolas que eles conheciam, e estas se mostraram inadequadas à região, visto que no início do processo de colonização não

havia profissionais para prestar assistência técnica. Uma vez que, os colonos traziam de suas regiões de origem costumes e conhecimentos que nem sempre se aplicava às particularidades da região amazônica.

Considerações finais

O projeto oficial do governo militar em Rondônia, para a ocupação e colonização do Estado obtive êxito a partir dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), estabelecido na região central do Território Federal de Rondônia, junto ao eixo da BR-364, que distribuía lotes de terra retangulares de 100 hectares aos colonos migrantes.

A divulgação de terras gratuitas atraiu um grande contingente de migrantes para a região sendo uma taxa de crescimento populacional maior do país na época, com um quantitativo maior de colonos que a oferta de lotes. Esses colonos sem lotes eram a mão de obra para as cidades ou para os colonos já assentados.

Em Rondônia, processo de colonização tem forte ligação com a abertura e pavimentação da Rodovia Federal BR-364, que liga o estado do Mato Grosso até o estado do Acre, cortando Rondônia de sul a norte, desde o município de Vilhena, que faz divisa com o estado do Mato Grosso, passando por importantes municípios, como Pimenta Bueno, Cacoal, Ji Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Ariquemes e Porto Velho, fazendo este último divisa com os estados do Acre e do Amazonas. Cabe destacar que a BR-364 foi construída seguindo o traçado da rede telegráfica de Rondon, e as suas margens, foram implantados assentamentos rurais e instalação dos núcleos urbanos que posteriormente deram origem aos principais municípios do Estado.

Nos dias atuais Rondônia tem o 6º maior rebanho bovino do país e possui mais de 100.000 propriedades rurais que cultivam a agricultura e praticam a pecuária, típicos de minifúndios com características do modelo da colonização dirigida, implantada pelo governo militar e dirigida pelo INCRA na década de 1970. As microrregiões rondonienses, adquiriram particularidades próprias, como o adensamento de cadeias de produção ao longo do tempo, indústrias de laticínios, frigoríficos, cerealistas, indústrias de beneficiamento de grãos, cerâmica vermelha, educação, etc., atraindo para a região outros segmentos produtivos que consolidaram o agronegócio da pecuária e produção de grãos com a agricultura moderna na região sul do estado como uma das principais atividades econômicas no Estado.

Internamente o agronegócio da pecuária e de grãos (soja e milho) ainda se encontra em

fase de expansão por todo o estado, com a soja apresentando uma mudança mais acentuada no sul de Rondônia. A soja é a continuidade do processo de ocupação promovendo uma transformação por onde se espacializa substituindo a pecuária.

Notas

[1] Território Federal do Guaporé foi criado em 1943, e no ano de 1956 passou a designar-se Território Federal de Rondônia em homenagem ao sertanista Mal. Candido Rondon, e no ano de 1981 houve a criação do Estado de Rondônia e sua instalação no ano de 1982 (OLIVEIRA, 2007).

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Latifúndios do INCRA**. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BASA –Banco da Amazônia. **A cadeia produtiva da pecuária de corte no estado de Rondônia**. Belém: BASA, 1999.

BASTOS, Alex de Souza. **A dinâmica da ocupação e seus reflexos para estabilidade do meio físico na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau/RO e seu entorno**. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia –UNIR. Porto Velho, 2009.

BATISTA, Israel Xavier. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia:** políticas públicas, desmatamento e evolução socioeconômica. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação Mestrado em Geociências. Universidade Estadual Paulista –UNESP. Rio Claro, 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 40, n. 1, jan./mar. p. 111-122, 1978.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha Koiffmann. Estratégia do estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena P.; MACHADO, Lia Osório (Org). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990a.

BECKER, Bertha Koiffmann. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena P.; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990b.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, Bernardo Cardoso de. **Adensamentos urbanos no centro-sul de Rondônia.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira. **Os Uru Eu Wau Wau e a defesa do território.** In: Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira". O caso de Rondônia. In: AUBERTIN, Catherine. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. p. 167-194.

FIERO. Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. **Perfil socioeconômico e industrial do estado de Rondônia.** Porto Velho: Divisão de Reprografia do SENAI, 1997.

HENRIQUES, Maria Helena F. T. **A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 46, n. 3/4, p. 391-568, jul./dez. 1984.

KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório Técnico, 2001.

MAHAR, Dennis J. **As políticas governamentais e o desmatamento na Região Amazônica do Brasil**. In: BOLOGNA, Gianfranco. Amazônia adeus: uma seleção de ensaios e artigos de grandes cientistas sobre a questão ambiental. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MARGULIS, Sergio. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Maia, 1997.

MIRANDA, Mariana. Colonização e reforma agrária. In: BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana Helena P.; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

NASCIMENTO, Claudia Pinheiro; SANTOS, Carlos; SILVA, Maurício. **Porto Velho: produção do espaço urbano de Rondônia.** Revista Geografar. Curitiba, v.7, n.1, p. 20-52, jun./2012.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v.27, n. 2, mai./ago, 2010.

OLIVEIRA, Ovideo Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia.** Porto Velho: Dinâmica, 2007.

PEREIRA, Sinedei de Moura. **Região amazônica: estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003).** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP: Campinas, 2007.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2011.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Alyson Fernando Alves. **A regularização fundiária como (in)solução para a questão agrária: o desvelar do Programa Terra Legal Amazônia no Cone-Sul de Rondônia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9. ed. -Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 4, n. 2, p. 103-117, 1989.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. -Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

SOUZA, Juander Antonio de Oliveira. **ESPAÇO E PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RONDÔNIA.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Fundação Universidade Federal de Rondônia –UNIR. Porto Velho, 2013.
SILVA, Amizael Gomes. **Conhecer Rondônia.** Porto Velho: ABG, 1999.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo: São Paulo: USP, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional - Rondônia.** 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.